



Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em

31 de dezembro de 2020 e 2019

**KARSTEN S.A.**

KARSTEN S.A

Balancos patrimoniais

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.014	5.042	8.649	7.927
Aplicações financeiras	5	-	-	36.735	11.214
Contas a receber	6	201.981	164.251	126.757	105.036
Estoques	7	101.776	91.756	104.754	95.009
Tributos a recuperar	8	20.423	4.041	21.430	4.872
Outras contas a receber		4.833	3.342	4.985	4.726
		<b>337.027</b>	<b>268.432</b>	<b>303.310</b>	<b>228.784</b>
<b>Não circulante</b>					
Partes relacionadas	9	14.159	3.964	-	-
Tributos a recuperar	8	48.548	489	48.562	499
Depósitos judiciais	16	356	3.417	420	3.459
Outras contas a receber		103	84	103	84
Investimentos em controladas	10	10.276	18.951	-	-
Ativos biológicos		164	164	164	164
Imobilizado	11	135.457	123.911	138.245	127.482
Direito de uso - arrendamento	13	-	-	5.667	7.658
Intangível	12	12.085	12.659	12.101	12.680
		<b>221.148</b>	<b>163.639</b>	<b>205.262</b>	<b>152.026</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>558.175</b>	<b>432.071</b>	<b>508.572</b>	<b>380.810</b>

KARSTEN S.A

Balanços patrimoniais

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	38.799	28.908	38.799	28.908
Fornecedores	14	77.470	52.792	52.439	29.115
Obrigações sociais e trabalhistas		26.661	24.421	27.587	25.538
Obrigações fiscais	18	18.050	1.332	18.575	1.742
Direito de uso - arrendamento	13	-	-	1.772	1.644
Provisões		17.782	20.097	19.659	21.896
Partes relacionadas	9	1.857	1.807	-	-
Outras contas a pagar		14.079	8.604	14.229	8.766
		194.698	137.961	173.060	117.609
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	494.460	497.293	494.460	497.293
Fornecedores	14	-	489	-	489
Partes relacionadas	9	10.006	10.006	-	-
Provisão para riscos processuais	16	6.453	18.563	15.465	19.279
Provisão para perdas em investimentos	10	31.731	28.094	-	-
Tributos diferidos	17	12.245	12.245	12.245	12.245
Direito de uso - arrendamento	13	-	-	4.761	6.475
Outras contas a pagar		21	18	20	18
		554.916	566.708	526.951	535.799
Patrimônio líquido					
Capital social	19	100.024	100.024	100.024	100.024
Reservas de capital	19	-	8.526	-	8.526
Ajustes de avaliação patrimonial	19	23.770	23.770	23.770	23.770
Prejuízos acumulados	19	(315.233)	(404.918)	(315.233)	(404.918)
		(191.439)	(272.598)	(191.439)	(272.598)
Total do passivo e patrimônio líquido		558.175	432.071	508.572	380.810

KARSTEN S.A

Demonstrações de resultado

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita operacional líquida	20	372.194	331.177	380.165	337.310
Custo dos produtos vendidos	21	(227.873)	(201.042)	(226.979)	(200.891)
Lucro bruto		144.321	130.135	153.186	136.419
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	21	(76.194)	(63.264)	(87.408)	(75.339)
Administrativas e gerais	21	(26.151)	(31.686)	(36.298)	(33.107)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(12.312)	(8.354)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	23	53.855	6.610	54.432	6.734
Lucro operacional antes do resultado financeiro		83.519	33.441	83.912	34.707
Receitas financeiras	22	42.429	4.752	43.052	5.207
Despesas financeiras	22	(22.006)	(50.624)	(23.022)	(52.052)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		103.942	(12.431)	103.942	(12.138)
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(12.028)	-	(12.028)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(11.405)	-	(11.405)	(293)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>80.509</b>	<b>(12.431)</b>	<b>80.509</b>	<b>(12.431)</b>
Ações em circulação no final do exercício	19	6.205	6.205	6.205	6.205
Lucro/(prejuízo) por ação - básico	28	12,97	(2,00)	12,97	(2,00)
Lucro/(prejuízo) por ação - diluído	28	12,97	(1,72)	12,97	(1,72)

KARSTEN S.A

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.509	(12.431)	80.509	(12.431)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>80.509</b>	<b>(12.431)</b>	<b>80.509</b>	<b>(12.431)</b>

KARSTEN S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reservas de capital</u>	<u>Ajustes de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>100.024</b>	<b>8.526</b>	<b>23.770</b>	<b>(392.487)</b>	<b>(260.167)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(12.431)	(12.431)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b><u>100.024</u></b>	<b><u>8.526</u></b>	<b><u>23.770</u></b>	<b><u>(404.918)</u></b>	<b><u>(272.598)</u></b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>100.024</b>	<b>8.526</b>	<b>23.770</b>	<b>(404.918)</b>	<b>(272.598)</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	80.509	80.509
Extinção do plano de opção por ações	-	(8.526)	-	8.526	-
Extinção do plano de opção por ações - encargos	-	-	-	650	650
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b><u>100.024</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>23.770</u></b>	<b><u>(315.233)</u></b>	<b><u>(191.439)</u></b>

KARSTEN S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.509	(12.431)	80.509	(12.431)
Rendimento de Aplicações Financeiras	(1)	(91)	(955)	(842)
Provisão Para Perda Esperada com Crédito de Liquidação Duvidosa	1.308	(921)	1.296	483
Provisão Para Perda de Estoques	(314)	(3.845)	(326)	(3.853)
Resultado de Equivalência Patrimonial	12.312	8.354	-	-
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	35	(1.055)	37	(1.204)
Depreciação e Amortização	8.842	8.666	11.458	11.183
Ajuste a Valor Presente de Clientes e Fornecedores	(234)	(40)	(234)	(40)
Atualização Monetária de Empréstimos e Financiamentos	9.761	44.435	9.761	44.435
Provisão para Riscos Processuais	(12.110)	454	(3.814)	1.109
Provisão Para Indenização de Representantes	-	5.018	-	5.663
Demais Provisões Operacionais	(2.988)	(7.257)	(2.910)	(8.217)
Reconhecimento Faturamento Competência	606	613	606	613
Reconhecimento de IRPJ e CSLL Diferido	11.405	-	11.405	293
IRPJ e CSLL corrente	12.028	-	12.028	-
	121.159	41.900	118.861	37.192
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a Receber	(39.038)	(17.096)	(35.034)	(14.339)
Estoques	(9.706)	(13.057)	(9.419)	(12.462)
Tributos a Recuperar	(64.441)	291	(64.621)	799
Despesas Antecipadas	(859)	(198)	(877)	(198)
Depósitos Judiciais	3.061	(1.740)	3.039	(1.750)
Outros Ativos	(651)	3.032	599	1.941
Obrigações sociais e trabalhistas	2.240	3.727	2.049	3.859
Contas a Pagar	24.148	(6.339)	22.794	(5.463)
Obrigações fiscais	1.052	(3.319)	1.167	(2.991)
Provisões Passivas	673	51	673	51
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.261	-	4.261	-
Outros Passivos	(4.114)	11.476	8.140	33.352
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>37.785</b>	<b>18.728</b>	<b>51.632</b>	<b>39.991</b>
Caixa líquido das atividades de investimentos				
Aplicação financeira	1	1.773	(24.566)	(5.216)
Créditos com partes relacionadas	(10.145)	90	-	-
Adições do ativo mantido para venda, ativo imobilizado e intangível	(19.849)	(8.426)	(19.688)	(19.433)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(29.993)</b>	<b>(6.563)</b>	<b>(44.254)</b>	<b>(24.649)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Captação de empréstimos com terceiros	26.811	6.960	26.811	6.960
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(31.090)	(14.051)	(31.090)	(14.051)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(541)	(204)	(541)	(204)
Amortização de arrendamento	-	(135)	(1.836)	(2.140)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(4.820)</b>	<b>(7.430)</b>	<b>(6.656)</b>	<b>(9.435)</b>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.972</b>	<b>4.735</b>	<b>722</b>	<b>5.907</b>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.042	307	7.927	2.020
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	8.014	5.042	8.649	7.927
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.972</b>	<b>4.735</b>	<b>722</b>	<b>5.907</b>

KARSTEN S.A

Demonstrações do valor adicionado

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Receitas</b>				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	448.764	398.582	460.717	408.248
Outras receitas	54.701	9.725	55.302	10.191
Provisão pra créditos de liquidação duvidosa	14.775	13.910	14.767	13.863
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(326.111)	(299.059)	(326.772)	(299.859)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(31.848)	(31.136)	(31.848)	(31.136)
Perda/recuperação de ativos	132.544	115.458	124.261	116.043
Outros	(61.714)	(49.565)	(63.763)	(53.442)
Valor adicionado bruto	231.111	157.915	232.664	163.908
Depreciações e amortizações	(8.842)	(8.666)	(11.457)	(11.183)
Valor adicionado líquido	222.269	149.249	221.207	152.725
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(12.312)	(8.354)	-	-
Receitas financeiras	42.429	4.752	43.052	5.207
	30.117	(3.602)	43.052	5.207
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>252.386</b>	<b>145.647</b>	<b>264.259</b>	<b>157.932</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>252.386</b>	<b>145.647</b>	<b>264.259</b>	<b>157.932</b>
<b>Pessoal e encargos</b>				
Remuneração direta	91.396	84.317	96.656	89.463
Benefícios	9.685	8.261	10.241	9.003
FGTS	5.732	5.336	6.170	5.754
	106.813	97.914	113.067	104.220
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais	68.518	42.801	69.521	44.025
Estaduais	33.889	27.311	36.915	30.043
Municipais	1.413	1.331	1.579	1.486
	103.820	71.443	108.015	75.554
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Juros	22.006	50.624	23.022	52.052
Alugueis	360	404	740	720
Outras	(61.122)	(62.307)	(61.094)	(62.183)
	(38.756)	(11.279)	(37.332)	(9.411)
Lucro líquido (prejuízo) do período	80.509	(12.431)	80.509	(12.431)
<b>Valor adicionado total atribuído</b>	<b>252.386</b>	<b>145.647</b>	<b>264.259</b>	<b>157.932</b>



KARSTEN S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social

A Karsten S.A. ("Karsten" ou "Companhia") e suas controladas têm como atividades preponderantes a industrialização e comercialização das seguintes linhas de produtos: cama, mesa, banho e tecidos para decoração e bordar.

A Companhia, com sede na rua Johann Karsten, 260, Testo Salto em Blumenau, Estado de Santa Catarina, é uma sociedade anônima de capital aberto e suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão (B<sup>3</sup>), sob os códigos CTKA3 (ON) e CTKA4 (PN).

A Companhia possui estrutura e os custos administrativos, gerenciais e operacionais parcialmente compartilhados com as demais empresas controladas.

b) Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia acumulou prejuízos no montante de R\$ 315.233 (R\$ 404.918 em 31 de dezembro 2019), o patrimônio líquido negativo foi de R\$ 191.439 (R\$ 272.598 em 31 de dezembro 2019). O ativo circulante consolidado da Companhia excedeu o total do passivo circulante em R\$ 130.250 (em 31 de dezembro de 2019 o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 111.175).

O capital circulante líquido positivo é decorrente, em boa parte, pela dívida de debêntures, que foi reclassificada para o passivo não circulante em decorrência da renegociação realizada em 2019.

Com relação às debêntures, a partir de 1º de janeiro de 2015, a Companhia descontinuou os pagamentos referente as debêntures e os montantes vencidos totalizaram R\$ 484.643 em 31 de dezembro de 2018. Em 28 de junho de 2019 a Companhia deu um importante passo para finalizar o processo de renegociação da dívida. Neste dia foi assinado o Termo de Confissão de Dívida, Acordo de Pagamento e Outras Avenças, por meio do qual se estabelece que suas condições de pagamento estão sujeitas a eficácia e implementação, cumulativa, das seguintes medidas:

- (i) Homologação Judicial do Acordo;
- (ii) Homologação Judicial da renúncia da Companhia e dos seus Garantidores aos direitos que se fundam eventuais embargos às Execuções, revisionais e quaisquer outras ações, de qualquer natureza movida contra os Credores e que estejam pendentes, com extinção dessas com resolução do mérito pelo artigo 487, III, 'c', do Código do Processo Civil;
- (iii) A Homologação Judicial da desistência de todo e qualquer recurso interposto pela Companhia e seu Garantidores;
- (iv) Aperfeiçoamento de todas as penhoras requeridas pelas partes no Acordo e nas Ações de Execução.

Com o implemento cumulativo das condições acima descritas, a renegociação foi considerada como eficaz e devidamente implementada.

A rentabilidade operacional aliada a melhor utilização dos recursos da Companhia é o grande foco da administração, abaixo estão as principais ações em andamento pela Administração:

- (i) Preservação do caixa é um dos aspectos fundamentais da gestão da Companhia, por isso a busca constante pela maximização do capital de giro, vendas com melhor rentabilidade e reduções de custos em todos os ambientes da empresa é fundamental;
- (ii) Fortalecimento das marcas da Companhia junto ao mercado, com ações direcionadas aos consumidores e clientes;
- (iii) Mapeamento e otimização dos processos internos, visando redução de desperdícios e ineficiências, bem a como a melhor forma de utilização dos recursos da Companhia.

A Administração acredita que os resultados das ações acima trarão para a Companhia as melhorias necessárias para equilíbrio financeiro com melhora dos resultados.

#### c) COVID-19

Em 2 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou o surto da doença causada por uma nova forma de coronavírus, chamada Covid-19, uma "pandemia" (doença disseminada em todo o mundo, com impacto na sociedade), iniciada por um aviso de pneumonia de causa desconhecida originária de Wuhan, província de Hubei, na China, com casos confirmados na China e em vários outros países.

A Covid-19 continua a impactar a atividade econômica mundial e representa o risco de que a Companhia, colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores, clientes e outros parceiros de negócios possam ser impedidos de realizar determinadas atividades de negócios por um período indeterminado, inclusive devido a paralisações que podem ser solicitadas ou mandatadas por autoridades governamentais ou eleitas por empresas como medida preventiva.

A Covid-19 pode ter um efeito adverso nos negócios e, dada a incerteza quanto à extensão e época de uma possível disseminação ou sua mitigação futura e à imposição ou relaxamento de medidas de proteção, não é possível estimar razoavelmente o impacto nos resultados futuros das operações, nos fluxos de caixa ou na condição financeira futura da Companhia.

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (“COVID-19”), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (“OMS”).

Adicionalmente, conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante no dia 20 de Março de 2020, a Companhia adotou as seguintes medidas: (i) Criação de um comitê de crise para gerir as ações resultantes desta pandemia; (ii) Divulgação de plano preventivo interno sobre a prevenção do Coronavírus, desenvolvido com médicos da Companhia; (iii) Afastamento domiciliar monitorado para colaboradores que apresentem tosse, febre ou falta de ar, com supervisão da equipe de SESMT; (iv) Recomendação de regime de “home office” para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e seja considerada como essencial para manter a capacidade mínima necessária de funcionamento da empresa; (v) A concessão de 15 dias de férias para os demais colaboradores a contar de 20/03/2020; (vi) Fechamento das lojas Karsten conforme decreto municipal de cada município.

Após a instalação e manutenção do comitê de crise a Companhia tem observado as medidas legais adotadas pelos diversos níveis governamentais, e conforme fato relevante divulgado em 14 de abril de 2020 decidiu: (i) Implementar plano preventivo interno sobre a mitigação do Coronavírus, desenvolvido com médicos da Companhia, que contempla, entre outras medidas: o acompanhamento e monitoramento dos colaboradores que são considerados como Grupo de Risco, bem como, a aplicação do regime de home office para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e seja considerada como essencial para manter o funcionamento da empresa;

O referido comitê de crise é formado por uma equipe multidisciplinar abrangendo as principais áreas da Companhia: gestão de pessoas, saúde, logística, segurança, jurídico, industrial, marketing e comunicação, sendo responsável pelas decisões e ações estratégicas de prevenção e combate do Covid-19, estruturando e realinhando os protocolos das ações da saúde da segurança, bem como, definição das formas de comunicação adotadas para estar informando nossos colaboradores quanto as medidas preventivas e as diretrizes administrativas adotadas pela Companhia em relação aos efeitos da pandemia.

As principais Ações Preventivas ainda em práticas na Karsten de enfrentamento a pandemia (covid-19) são: (i) Fornecimento de máscaras para todos os colaboradores e fiscalização do uso através de câmeras de reconhecimento facial e através da equipe de segurança e saúde do trabalho SESMT e Brigada de Emergência; (ii) Realização de aferição diária da temperatura corporal de todos os colaboradores que acessam o parque fabril através de câmera térmica e termômetros digitais; (iii) Estruturação de túneis de desinfecção na entrada do parque fabril, com pulverizadores de produto desinfetante, visando a desinfecção corporal de bactérias, vírus e fungos em todos os colaboradores, prestadores de serviço, fornecedores e visitantes; (iv) Determinação de regras para distanciamento social dos colaboradores nos ambientes de trabalho e de uso comum, como por exemplo, refeitório, salas de reunião, auditórios, registro do cartão ponto, dentre outros; (v) Todos os colaboradores que apresentam algum sintoma gripal (febre, tosse, dor de garganta, dor no corpo, espirros, falta de ar) são direcionados ao ambulatório interno onde é seguido o protocolo de atendimento de acordo com a legislação vigente; (vi) Limpeza/desinfecção geral com uso de álcool líquido e gel 70% (setenta por cento) em todos os ambientes da Companhia; (vii) Sanitização semanal por empresa especializada e certificada, em todos os ambientes da empresa, como por exemplo, nos postos de trabalho, ambiente de usos coletivo, salas de reuniões, auditórios, banheiros e vestiários. Além disto, é reforçada a sanitização destes locais sempre que surgir alguma manifestação de virose gripal; (viii) Fretamento de transporte de colaboradores com capacidade reduzida em até 50% (cinquenta por cento) da capacidade do veículo, com a higienização dos veículos de fretamento com uso de álcool gel e líquido 70% (setenta por cento) em todo seu interior antes de cada novo fretamento; (ix) Eliminação de bancos, poltronas de uso coletivos em todos os ambientes internos e externos da empresa; (x) Alteração no layout do refeitório promovendo o distanciamento e reduzindo a capacidade em 50% (cinquenta por cento) de uso; (xi) Disponibilização em todos ambientes dos setores administrativos e operacional álcool gel e líquido 70% (setenta por cento) para a higienização das mãos, postos de trabalho e pontos de contato coletivos; (xii) Orientação quantos as formas de prevenção feitas através de banner, minuto diário da segurança, e-mails, TV corporativa e mídias sociais; (xiii) Orientação a todas as áreas que deve ser utilizada a ventilação natural em todos os ambientes (administrativos e operacionais), permitido o uso do ar-condicionado coletivo com ambiente arejado com ventilação natural e a interdição de salas sem ventilação natural permanente; (xiv) Limpeza e higienização reforçada e continua nos pontos de contato coletivos, como por exemplo, corrimãos, banheiros, mesas e cadeiras do refeitório, catracas, entre outros; (xv) Eliminação de pontos de contato coletivo como, jatos de bebedouro, máquinas coletivas de café, maçanetas de porta, entre outros; (xvi) Liberação de saídas dos funcionários de forma parcial e setorial com distribuição em dois pontos distintos (portaria 1 e 2), objetivando evitar aglomerações.

A Companhia não abriu plano de demissão voluntária, e manteve aproximadamente 98% dos profissionais prontos para voltarem a trabalhar. Pequenos ajustes foram adotados permitindo reprogramar algumas atividades que faziam parte da programação para o primeiro trimestre e que foram, em função da parada mercadológica sofrida, reprogramadas pelos clientes para os terceiro e quarto trimestres.

Com relação a redução proporcional de salário e jornada de trabalho previsto na MP 936/2020, segue tabela com a quantidade de colaboradores com redução de horário e com suspensão do contrato de trabalho por mês:

<b>Mês</b>	<b>Quantidade de colaboradores com redução de horário</b>	<b>Quantidade de colaboradores com suspensão de contrato</b>
Abr/2020	1.085	168
Mai/2020	1.092	177
Jun/2020	587	183
Jul/2020	30	76
Ago/2020	3	65
Set/2020	3	6
Out/2020	2	9
Nov/2020	2	13
Dez/2020	0	11

A partir de maio de 2020 nossos colaboradores retornaram ao trabalho gradativamente, seguindo todas as recomendações, para atender a demanda e utilizamos a suspensão do contrato de trabalho com o grupo de risco, para preservar a saúde destes trabalhadores.

A Companhia beneficiou-se da prorrogação dos vencimentos dos tributos a saber:

A ACIB – Associação Empresarial de Blumenau, a qual a Companhia é associada, teve deferido parcialmente o pedido de liminar “para aplicar aos associados da impetrante a Portaria MF nº 12/2012, de forma a prorrogar o pagamento dos tributos federais administrados pela RFB, cujos vencimentos ocorram nos meses de março e abril de 2020, para os dias 30/06/2020 e 31/07/2020, respectivamente, bem como as obrigações acessórias correspondentes, salvo novas orientações expedidas pelos órgãos fazendários, à luz do art. 3º da referida portaria”.

Tal decisão alcança os tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil, que sejam exigidos por esta ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, incluindo-se, mas não se limitando a, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, CIDE, Imposto de Importação, PIS/COFINS Importação, contribuições previdenciárias e contribuições destinadas a terceiros e do “sistema S”. Estão incluídos os citados tributos também quando sejam objeto de parcelamentos ou programas especiais de pagamento em curso. Em 31 de dezembro de 2020 não havia mais valores em aberto.

Por meio da portaria nº139/2020, a Receita Federal também prorrogou os vencimentos de competências de março e abril de 2020 de PIS, COFINS e INSS, para os vencimentos das competências de julho e setembro, respectivamente, bem como, através da portaria 245/2020 prorrogou o vencimento dos mesmos tributos de competência maio de 2020 para o vencimento das competências de outubro de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 não havia mais valores em aberto.

Já a prorrogação dos vencimentos de FGTS das competências de março, abril e maio foi dada pela MP 927/2020. Os pagamentos poderão ser realizados em seis parcelas com início em julho de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 não havia mais valores em aberto.

Com relação à receita operacional líquida, a Companhia teve redução de 59% no mês de abril de 2020, 29% no mês de maio de 2020 e 16% no mês de junho, todos comparados com a receita operacional líquida de março de 2020. Porém no mês de maio de 2020, a receita operacional líquida cresceu 75% em relação ao mês de abril de 2020 e em junho de 2020 o aumento foi de 18% com relação ao mês de maio de 2020.

No terceiro trimestre a receita líquida da Companhia continuou crescendo, sendo superior em 45% sobre a receita líquida do primeiro trimestre e 107% superior a do segundo trimestre. No quarto trimestre o aumento foi de 62% comparado ao primeiro trimestre, 131% sobre o segundo trimestre e 11% sobre o terceiro trimestre.

A administração tomou diversas ações de redução de despesas e postergação de investimentos, com objetivo de preservar o caixa da Companhia neste período de pandemia, portanto não houve redução do caixa em relação ao primeiro trimestre de 2020, mesmo tendo recebido solicitações de prorrogações de aproximadamente 20% dos clientes ativos, e concedendo prorrogações médias de 50 dias adicionais. As prorrogações foram concentradas no período de 15 de março de 2020 até 30 de junho de 2020. Já com relação ao contas a pagar, foi obtido junto aos principais fornecedores prorrogação com prazo adicional médio de 45 dias.

Destaca-se como ação de redução de despesas, a renegociação dos contratos de locação das lojas físicas da Companhia. Alguns proprietários avaliam o desconto mensalmente, enquanto outros aplicaram por alguns meses. Os aditivos dos contratos estão sendo tratados caso a caso.

Em 28 de maio de 2020, tendo em vista as atuais condições de mercado versus fluxo financeiro, foi realizada uma Assembleia Geral de Debenturistas, na qual foi aprovada pelos Debenturistas a prorrogação de determinados valores que seriam devidos pela Companhia nos próximos meses em decorrência da renegociação da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, ocorrida em 28 de junho de 2019 (“Acordo”), nos seguintes termos:

- a) As Prestações Mensais com vencimento nos meses de maio, junho e julho de 2020 serão parceladas e pagas mensalmente, em prestações iguais e sucessivas entres os meses de janeiro a dezembro de 2021, em adição às prestações mensais já devidas em 2021;
- b) A Prestação Adicional correspondente a data base de 31 de dezembro de 2019, nos termos do Acordo, será paga até 30 de setembro de 2021.

Adicionalmente a Companhia informa que todos os Covenants continuam a ser cumpridos integralmente.

Em 22 de abril de 2020 a Companhia divulgou que nos termos da Instrução 358/2002 da Comissão de Valores Mobiliários que, de acordo com o previsto na Medida Provisória 931 de 30 de março de 2020, o Conselho de Administração deliberou pela suspensão da realização da AGOE até então prevista para ocorrer dia 29 de abril de 2020, a qual foi posteriormente realizada em 31 de julho de 2020.

No primeiro trimestre de 2021 as filiais da Companhia (Lojas Karsten) mantiveram-se fechadas conforme os decretos locais de cada cidade. Até o momento a Companhia não identificou redução em receita líquida e nem impactos significativos no contas a receber e contas a pagar decorrente desses eventos.

O momento requer serenidade e colaboração entre todos. A Companhia permanece comprometida com a segurança de seus colaboradores e das comunidades das regiões onde atua, norteadas pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa, comprometendo-se a manter os seus acionistas e o mercado geral informado sobre futuros desdobramentos do tema.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

### a) Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

### b) Declaração de conformidade

A emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### c) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição no período abrangido por estas demonstrações contábeis e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração requerida pelas IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta de vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA, apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico exceto quando as notas explicativas indicarem o contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contrapartidas pagas em troca de ativos.

### e) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima.



f) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) Nota 6 – Contas a receber: eventual incapacidade das contrapartes em liquidar suas obrigações, pode levar a perdas por impairment;
- (ii) Nota 7 – Estoques: as estimativas do valor realizável são baseadas em circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor;
- (iii) Nota 11 – Imobilizado: o valor recuperável e a vida útil pode variar quando ocorrer eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perdas de seu valor;
- (iv) Nota 12 – Intangível: o valor recuperável e a vida útil pode variar quando ocorrer eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perdas de seu valor;
- (v) Nota 16 – Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e depósitos judiciais: evoluções nos processos nos quais a Companhia e suas controladas são parte podem resultar na necessidade de complemento ou reversões de provisões;
- (vi) Nota 17 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: quando o resultado final das provisões efetuadas é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado;
- (vii) Nota 24 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

g) Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Companhia e das suas controladas diretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas consolidadas:	Percentual de Participações	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Controlada</u>		
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	99,99%	99,99%
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	99,99%	99,99%
Trucasa Comercial Ltda.	99,99%	99,99%

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração destas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, bem como os principais julgamentos e premissas utilizadas nas estimativas na aplicação das práticas contábeis, estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### a) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data de cada transação.

Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Os ganhos e perdas resultantes das variações das taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

#### b) Instrumentos financeiros

##### (i) Alterações quanto a classificação e mensuração de instrumentos financeiros

Em 01 de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 / IFRS 9, tendo como principal impacto à alteração na classificação dos ativos financeiros, uma vez que a nova norma alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. Com isso, os ativos financeiros passaram a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente e ao valor justo por meio do resultado.

Em relação aos passivos financeiros, os requisitos de classificação e mensuração foram praticamente inalterados em relação à norma anterior (CPC 39 / IAS 32), incluindo aqueles relativos aos derivativos embutidos e à opção de designação de passivos financeiros ao valor justo. A única exceção introduzida pela nova norma para os passivos financeiros diz respeito aos passivos designados ao valor justo. Uma vez que a Companhia não possui nenhum passivo financeiro designado ao valor justo, essa alteração não trouxe qualquer impacto.

##### (ii) Instrumentos financeiros não derivativos: classificação, reconhecimento e mensuração.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros nas seguintes categorias: ativos financeiros ao custo amortizado e passivos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos ou contratados.



As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

*(a) Ativos financeiros ao custo amortizado*

São ativos financeiros mantidos pela Companhia: (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia possui os seguintes ativos financeiros classificados nesta categoria: equivalente de caixa (nota 4), aplicações financeiras (nota 5), contas a receber (nota 6) e outros ativos. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

*(b) Passivos financeiros ao custo amortizado*

Passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas.

Tais passivos financeiros ao custo amortizado são representados por fornecedores (nota 14) empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15), e outros passivos, os quais reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros ao custo amortizado são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*(iii) Compensação de Instrumentos financeiros*

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

*(iv) Valor presente de Instrumentos financeiros não derivativos*

O cálculo do valor presente dos ativos e passivos financeiros não derivativos não apresentou valores relevantes a serem contabilizados.

*(v) Instrumentos financeiros derivativos*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas não possuem operações financeiras com derivativos.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 7), incluem os saldos em caixa, em contas correntes (Bancos conta movimento) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

d) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, o contas a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

e) Estoques

De acordo com o CPC 16 (R1) e IAS 2, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos estoques da Companhia estão registrados pelo custo de aquisição ou produção, incluindo gastos incorridos no transporte, na aquisição, custos de produção, transformação e armazenagem dos estoques. Nos estoques de produtos manufaturados e produtos em elaboração são adicionados os custos gerais de fabricação. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Quando necessário, foram reconhecidas provisão para perdas nos estoques.

f) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda, sendo que quaisquer alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos, incluindo despesas de transporte. Os respectivos ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em que teve origem nos termos do CPC 29 e IAS 41.

g) Imobilizado

A Companhia adotou as políticas do Imobilizado em conformidade com o CPC 27 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e, quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) *Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados (arrendamento financeiro) são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis médias estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

	Vida útil média em anos
Edificações e benfeitorias	38
Máquinas e instalações	15
Veículos	10
Móveis e utensílios	6

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

h) Ativos intangíveis

(i) *Software*

Os Softwares são mensurados pelo custo e deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se houver.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

(ii) *Marcas*

As marcas registradas são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas têm vida útil indefinida e são testadas anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*).

(iii) *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(iv) *Amortização*

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são de 5 anos.

i) Redução ao valor recuperável conforme CPC 01 (R1) e IAS 36

(i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuída ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j) *Provisões*

Em conformidade com o CPC 25 e IAS 37, as provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituídas) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) *Passivo circulante e não circulante*

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados no encerramento de cada exercício social e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros e planos de bônus de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19.

n) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos, quando aplicável.

o) Receita operacional

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente que o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Não há condições estabelecidas a serem cumpridas pela Companhia que pudesse afetar o reconhecimento da receita no resultado do exercício.

p) Subvenções governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando existe segurança razoável de que a Companhia irá atender as condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado de acordo com as premissas definidas no projeto de incentivo e estão registradas em conta específica da demonstração de resultados.

Na destinação do resultado do exercício os valores relativos às subvenções para investimento são transferidos para o patrimônio líquido, na conta reserva de lucros.

q) Arrendamentos

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Para os arrendamentos operacionais, a Companhia na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia reconhecia até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

r) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.



s) Informação por segmento

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 22 e Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 8, um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui os seguintes segmentos de negócio: indústria e varejo, como divulgado na nota explicativa 26.

t) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o período/exercício de 2020 ou após, que ainda não tiveram as devidas alterações nas normas contábeis brasileiras e em seus respectivos pronunciamentos:

- (i) Alteração da norma IFRS 16 – Concessões de arrendamento mercantil relacionadas a pandemia da Covid-19. Esclarece aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Deliberação CVM 859 de 07/07/2020 estabeleceu que as empresas no Brasil adotem esta alteração de norma para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020, desta forma, a Companhia já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020. A Companhia não apurou impactos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (ii) Alteração da norma IFRS 3 – Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para períodos/exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2020. A Companhia não apurou impactos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (iii) Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 – Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2020. A Companhia não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (iv) Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não apurou impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (v) Alteração da norma IAS 1 – Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (vi) Melhorias anuais nas normas IFRS 2018-2020. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.



- (vii) Alteração da norma IAS 16 – Imobilizado: Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (viii) Alteração da norma IAS 37 – Contrato oneroso: Custo de cumprimento de um contrato. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação dos custos relacionados ao cumprimento de um contrato oneroso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (ix) Alteração da norma IFRS 3 – Referências a estrutura conceitual. Esclarece alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (x) Alteração da norma IFRS 17 – Contratos de seguro. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (xi) Alteração da norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.
- (xii) Alteração das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2. Esclarece aspectos referentes a definição de taxas de juros de referência para aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	123	47	202	172
Bancos conta movimento	1.021	427	1.577	3.187
Numerários em trânsito moeda estrangeira	<u>6.870</u>	<u>4.568</u>	<u>6.870</u>	<u>4.568</u>
	<u>8.014</u>	<u>5.042</u>	<u>8.649</u>	<u>7.927</u>

#### 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	—	—	<u>36.735</u>	<u>11.214</u>
	—	—	<u>36.735</u>	<u>11.214</u>

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remuneradas entre 96% a 106% do CDI (taxas de juros Certificados de Depósitos Interbancários).

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Cientes no país	121.582	100.446	127.387	106.324
Cientes no exterior	5.018	4.059	5.018	4.059
Valores a receber de partes relacionadas (i)	80.983	65.035	-	-
(-) Perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	(5.228)	(4.640)	(5.274)	(4.698)
(-) Ajuste a valor presente	(374)	(649)	(374)	(649)
	<u>201.981</u>	<u>164.251</u>	<u>126.757</u>	<u>105.036</u>
Circulante	201.981	164.251	126.757	105.036
Não Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(i) A Companhia apresenta os montantes a receber de parte relacionada dentro do grupo de "clientes", que está detalhado por empresa do grupo na nota explicativa 9.

A composição do saldo de contas a receber, no país e no exterior, por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	120.303	93.606	126.052	99.427
Vencidos há 30 dias	468	2.937	468	2.938
Vencidos de 31 a 60 dias	334	482	334	482
Vencidos de 61 a 90 dias	75	151	75	151
Vencidos de 91 a 180 dias	426	1.202	426	1.211
Vencidos há mais de 180 dias	4.994	6.127	5.050	6.174
	<u>126.600</u>	<u>104.505</u>	<u>132.405</u>	<u>110.383</u>
Valores a receber de partes relacionadas	80.983	65.035	-	-
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(5.228)	(4.640)	(5.274)	(4.698)
(-) Ajuste a valor presente	(374)	(649)	(374)	(649)
	<u>201.981</u>	<u>164.251</u>	<u>126.757</u>	<u>105.036</u>

O contas a receber da Companhia e suas controladas, líquidos da estimativa de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e ajuste a valor presente, são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reais	196.965	160.202	121.741	100.987
Dólares norte – americanos	5.016	4.049	5.016	4.049
	<u>201.981</u>	<u>164.251</u>	<u>126.757</u>	<u>105.036</u>

Com o intuito de estimar os montantes de perdas esperadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, as Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Dessa forma, a Companhia avaliou a necessidade de registro de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa por meio de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber e concluiu sobre a necessidade de registro de perda esperada de R\$ 5.228 e R\$ 5.274 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente.

A Companhia não apurou perdas relevantes de PECLD em decorrência do COVID-19.

A despesa com a constituição para as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante registrado como perda esperada, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

Demonstramos abaixo a movimentação das Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(4.372)</u>	<u>(4.456)</u>
Adições no exercício	(1.392)	(1.404)
Valores recuperados no exercício	864	864
Valores baixados definitivamente por perda	203	241
Valores renegociados	<u>57</u>	<u>57</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(4.640)</u>	<u>(4.698)</u>
Adições no exercício	(2.642)	(2.641)
Valores recuperados no exercício	1.334	1.345
Valores baixados definitivamente por perda	<u>720</u>	<u>720</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(5.228)</u>	<u>(5.274)</u>

#### Garantias

Em 31 de Dezembro de 2020 a Companhia possui duplicatas vinculadas a empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 16.513.

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Produtos e mercadorias	33.261	41.251	36.382	44.344
Produtos em elaboração	29.303	22.940	29.303	22.940
Matérias-primas	20.605	17.164	20.605	17.164
Almoxarifado	6.264	4.537	6.264	4.537
Material de embalagem	252	197	252	197
Estoque em trânsito	16.185	9.202	16.227	9.559
Adiantamento a fornecedores	-	873	-	873
Perda estimada para valor líquido recuperável	<u>(4.094)</u>	<u>(4.408)</u>	<u>(4.279)</u>	<u>(4.605)</u>
	<u>101.776</u>	<u>91.756</u>	<u>104.754</u>	<u>95.009</u>

Perdas estimadas para valor líquido recuperável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Administração da Companhia reavaliou as estimativas de provisão para perdas com estoques as quais eram reconhecidas em classes a razão de diversos percentuais de perda a partir de 90 dias.

Objetivando refletir a realidade da operação da Companhia e o histórico de perdas, em comparação à realização de estoques em promoção, foram adotados os critérios abaixo:

<u>Dias sem giro</u>	<u>% de provisão</u>
Menos que 180	0%
De 181 a 270	30%
De 271 a 360	50%
Mais que 361	100%

A Companhia não apurou nenhum efeito de provisão para perdas de estoque em 2020 em decorrência dos efeitos do COVID-19.

Demonstramos abaixo a movimentação da rubrica:

	Controladora	Consolidado
<u>Perda esperada para valor líquido recuperável:</u>		
31 de dezembro de 2019	<u>(4.408)</u>	<u>(4.605)</u>
Reversão das perdas	314	326
31 de dezembro de 2020	<u>(4.094)</u>	<u>(4.279)</u>

Garantias

Garantias em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía estoques cedidos em garantia e consequentemente vinculados a empréstimos e financiamentos.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS	586	578	693	685
Imposto de renda e contribuição social (i)	448	448	1.153	970
IPI	1.058	592	1.058	592
ICMS	2.079	2.855	2.286	3.062
Processos tributários federais (ii)	64.743	-	64.743	-
Outros tributos a recuperar	57	57	59	62
	<u>68.971</u>	<u>4.530</u>	<u>69.992</u>	<u>5.371</u>
Circulante	20.423	4.041	21.430	4.872
Não circulante	48.548	489	48.562	499

- (i) Os créditos referentes a Imposto de Renda e Contribuição Social são oriundos de valores retidos na fonte sobre aplicações financeiras, saldo negativo de imposto de períodos anteriores e estimativas mensais recolhidas no ano corrente, e estão atualizados até a data do balanço com base na variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – “Selic”.
- (ii) Os créditos referente a Tributos Federais a Compensar – Processos Tributários são oriundos de decisão favorável, com trânsito em julgado em 18 de agosto de 2020, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. O valor atualizado do crédito contabilizado foi de R\$ 82.922, sendo R\$ 49.378 de principal e R\$ 33.545 de atualização financeira. A Companhia já obteve o deferimento do pedido de habilitação e já iniciou as compensações com outros tributos federais apurados. Até 31 de dezembro de 2020 foi utilizado o montante de R\$ 18.382. Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: “O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS”. A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes. A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de provisões passivas sobre este tema no futuro, atualizadas com multa e juros. A compensação dos créditos fiscais de PIS e COFINS serão efetuadas por meio de procedimento administrativo, cuja autoridade fiscal tem o prazo legal para executar o seu direito de fiscalizar a companhia ou existir a homologação por prescrição. A previsão de consumo dos créditos de PIS e COFINS é em torno de 3 (três) anos.

9 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga, na forma de pró-labore, por serviços está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Honorários da diretoria	7.618	2.877
Conselho de administração	<u>3.118</u>	<u>1.165</u>
	<u>10.736</u>	<u>4.042</u>

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Em 05 de dezembro de 2014, a Companhia aprovou um único plano de Opção de Compras de Ações para os seus Administradores. A extinção do plano ocorreu em 31 de julho de 2020 em razão do não exercício pelos beneficiários. O detalhamento do plano está na nota explicativa 25.

b. Participação dos administradores

O Estatuto Social da Companhia prevê que do resultado apurado em cada exercício, após deduzidos eventuais prejuízos acumulados e efetuada a provisão para imposto de renda, será destinada uma quantia de até 10% para gratificações para os administradores não podendo ultrapassar o total das remunerações anuais atribuídas aos mesmos. Tal participação será provisionada no resultado do exercício e classificada como despesas gerais e administrativas, caso a Companhia apresente resultados positivos.

c. Transações e saldos – Controladora

	31/12/2020	31/12/2019	Encargos anuais	Prazos médios, datas e vencimentos
Ativo circulante				
<u>Valores a receber de partes relacionadas (Nota 6)</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	(3)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	314	314	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>80.669</u>	<u>64.724</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>80.983</u>	<u>65.035</u>		
Ativo não circulante				
<u>Valores a receber de partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	2.458	2.101	TIR + CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>11.701</u>	<u>1.863</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>14.159</u>	<u>3.964</u>		
Passivo circulante				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	(24.271)	(24.269)	Sem encargos	Indeterminado
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	(2.166)	(2.116)	CDI	Indeterminado
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	<u>(1.049)</u>	<u>(850)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(27.486)</u>	<u>(27.235)</u>		
Passivo não circulante				
<u>Valores a pagar a partes relacionadas</u>				
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	<u>(10.006)</u>	<u>(10.006)</u>	Sem encargos	Indeterminado
	<u>(10.006)</u>	<u>(10.006)</u>		
Classificado como:	31/12/2020	31/12/2019		
Fornecedores (Nota 14)	(25.626)	(25.428)		
Débito com controladas	(11.863)	(11.813)		
Demais passivos	<u>(3)</u>	<u>-</u>		
	<u>(37.492)</u>	<u>(37.241)</u>		

As transações com efeito no resultado estão demonstradas a seguir:

	Vendas		Resultado financeiro	
	2020	2019	2020	2019
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.418	18.993	-	-
Karsten Nordeste Ind. Têxtil Ltda.	-	-	357	305
Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(50)</u>	<u>(102)</u>
	<u>16.418</u>	<u>18.993</u>	<u>307</u>	<u>203</u>

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, assim como as transações que influenciaram o resultado desses períodos, relativos a operações com partes relacionadas foram realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Não são obtidas ou prestadas garantias sobre as transações acima efetuadas nas controladas integrais. As demais transações, substancialmente compras e vendas de produtos e mercadorias, são realizadas de acordo com as tabelas de preços vigentes à época. A controladora não prestou avais ou fianças em nome de suas controladas.

10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIDAS

a. Movimentação dos investimentos

	Investimentos (ativo)			Perdas com investimentos (passivo)		
	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Comércio e Serviços de Distribuição Ltda.	Total de investimentos	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda	Total de perdas em investimentos
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>17.740</u>	<u>1.376</u>	<u>19.116</u>	<u>(19.167)</u>	<u>(738)</u>	<u>(19.905)</u>
Equivalência patrimonial	(98)	(67)	(165)	(8.144)	(1)	(8.145)
Margem de lucro nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>17.642</u>	<u>1.309</u>	<u>18.951</u>	<u>(27.355)</u>	<u>(739)</u>	<u>(28.094)</u>
Equivalência patrimonial	(8.467)	(208)	(8.675)	(4.363)	-	(4.363)
Margem de lucro nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>726</u>	<u>-</u>	<u>726</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>9.175</u>	<u>1.101</u>	<u>10.276</u>	<u>(30.992)</u>	<u>(739)</u>	<u>(31.731)</u>

b. Informações sobre as investidas em 31 de dezembro de 2020

	Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	Karsten Com. e Serv. de Distribuição Ltda.	Karsten Comércio Têxtil Ltda.	Trucasa Comercial Ltda.
Resultado do exercício	(8.467)	(208)	(4.363)	-
Patrimônio líquido				
Capital	68.973	15.206	639	2.977
Reservas de lucro	3.250	-	-	-
Prejuízos acumulados	(54.581)	(13.897)	(26.256)	(3.716)
Lucro não realizado nos estoques	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.012)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido	<u>9.175</u>	<u>1.101</u>	<u>(30.992)</u>	<u>(739)</u>
Quotas	68.973	15.206	639	2.977
Participação no capital social	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%



## 11 IMOBILIZADO

### a. Movimentação

#### Controladora

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Taxas de depreciação (%)	-	2,79	6,91	14,75	9,92	-	-
SalDOS em 31/12/2018	<u>45.850</u>	<u>27.103</u>	<u>39.723</u>	<u>3.908</u>	<u>322</u>	<u>6.235</u>	<u>123.141</u>
Adições (i)	-	54	5.667	1.406	-	2.406	9.533
Transferências	-	3.405	1.986	2	-	(5.393)	-
Baixas	-	(56)	(159)	(184)	-	(656)	(1.055)
Depreciação	-	<u>(1.378)</u>	<u>(4.977)</u>	<u>(1.288)</u>	<u>(65)</u>	-	<u>(7.708)</u>
SalDOS em 31/12/2019	<u>45.850</u>	<u>29.128</u>	<u>42.240</u>	<u>3.844</u>	<u>257</u>	<u>2.592</u>	<u>123.911</u>
Adições (ii)	-	13	13.841	1.650	-	3.994	19.498
Transferências	-	1.515	1.042	-	-	(2.557)	-
Baixas	-	-	(3)	(32)	-	-	(35)
Depreciação	-	<u>(1.490)</u>	<u>(5.201)</u>	<u>(1.187)</u>	<u>(39)</u>	-	<u>(7.917)</u>
SalDOS em 31/12/2020	<u>45.850</u>	<u>29.166</u>	<u>51.919</u>	<u>4.275</u>	<u>218</u>	<u>4.029</u>	<u>135.457</u>

#### Consolidado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizações em andamento	Total
Taxas de depreciação (%)	-	3,61	6,91	14,88	9,92	-	-
SalDOS em 31/12/2018	<u>45.850</u>	<u>27.730</u>	<u>39.725</u>	<u>5.072</u>	<u>322</u>	<u>7.049</u>	<u>125.748</u>
Adições (i)	-	70	5.698	2.114	-	3.521	11.403
Transferências	-	5.334	1.986	2	-	(7.322)	-
Baixas	-	(134)	(187)	(227)	-	(656)	(1.204)
Depreciação	-	<u>(1.734)</u>	<u>(4.977)</u>	<u>(1.689)</u>	<u>(65)</u>	-	<u>(8.465)</u>
SalDOS em 31/12/2019	<u>45.850</u>	<u>31.266</u>	<u>42.245</u>	<u>5.272</u>	<u>257</u>	<u>2.592</u>	<u>127.482</u>
Adições (ii)	-	59	13.843	1.745	-	3.994	19.641
Transferências	-	1.514	1.042	-	-	(2.557)	(1)
Baixas	-	(1)	(3)	(47)	-	-	(51)
Depreciação	-	<u>(2.030)</u>	<u>(5.202)</u>	<u>(1.555)</u>	<u>(39)</u>	-	<u>(8.826)</u>
SalDOS em 31/12/2020	<u>45.850</u>	<u>30.808</u>	<u>51.925</u>	<u>5.415</u>	<u>218</u>	<u>4.029</u>	<u>138.245</u>

- (i) Em 2019 foi investido o montante de R\$ 5.698 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de tecelagem, estamparia e beneficiamento.
- (ii) Em 2020 foi investido o montante de R\$ 13.843 em máquinas e equipamentos para melhoria do processo produtivo dos setores de tecelagem, estamparia, expedição, fiação e acabamento.

b. Recuperabilidade (*impairment*) do ativo imobilizado

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2020 não foram identificados eventos novos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação. O saldo de R\$ 585 refere-se a máquina Tumbler que não se encontra em operação, não gerando fluxo de caixa para o valor registrado.

A movimentação referente ao impairment do imobilizado está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Perda estimada em 31 de dezembro de 2019	(585)
Adição/reversão	-
Perda estimada em 31 de dezembro de 2020	<u>(585)</u>

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui bens do imobilizado registrados contabilmente no valor consolidado de R\$ 127.482 (R\$ 127.482 em 31 de dezembro de 2019), avaliados a valor de mercado no montante de R\$ 199.180 (R\$ 199.180 em 31 de dezembro de 2019) dados em garantia para operações de empréstimos, financiamentos e debêntures. O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

12 INTANGÍVEL

a. Movimentação

	Controladora			
	Marcas e patentes (i)	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20,26		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.442</u>	<u>-</u>	<u>12.614</u>
Adições	-	391	484	875
Amortização	<u>-</u>	<u>(830)</u>	<u>-</u>	<u>(830)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10.172</u>	<u>2.003</u>	<u>484</u>	<u>12.659</u>
Adições	-	267	84	351
Transferências	-	567	(567)	-
Amortização	<u>-</u>	<u>(925)</u>	<u>-</u>	<u>(925)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.172</u>	<u>1.912</u>	<u>1</u>	<u>12.085</u>

(i) Ativo intangível com vida útil indefinida.

	Consolidado			
	Marcas e patentes (ii)	Software	Implantação ERP	Total
Taxa de amortização (%)		20,26		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>10.172</u>	<u>2.446</u>	<u>-</u>	<u>12.618</u>
Adições	-	414	483	897
Amortização	<u>-</u>	<u>(835)</u>	<u>-</u>	<u>(835)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10.172</u>	<u>2.025</u>	<u>483</u>	<u>12.680</u>
Adições	-	268	84	352
Transferências	-	567	(567)	-
Amortização	<u>-</u>	<u>(931)</u>	<u>-</u>	<u>(931)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.172</u>	<u>1.929</u>	<u>-</u>	<u>12.101</u>

(ii) Ativo intangível com vida útil indefinida.

b. Recuperabilidade (*impairment*) do Intangível

Anualmente ou quando houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a Companhia realiza uma análise de recuperabilidade de ativo de acordo com o IAS 36/CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, para determinar se há a necessidade de contabilização de perda estimada ao valor recuperável de um determinado ativo.

Em 2020 a Companhia analisou a recuperabilidade do seu ativo com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade.

Para determinação do valor recuperável dos ativos, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de 5 (cinco) anos considerando as seguintes premissas:

- (i) Receitas: projetadas de 2021 a 2025 considerando o crescimento histórico médio de 8,2% das vendas e do crescimento de iniciativas das vendas por meio digital;
- (ii) Custos e despesas: projetadas no mesmo exercício e premissas em relação às receitas com base nas margens e orçamentos estimados;
- (iii) A taxa de crescimento de perpetuidade utilizada foi de 2,5% sobre o 5º ano da projeção do fluxo de caixa e, as taxas de desconto para o fluxo de caixa foi de 4,3% e 8,2% para o fluxo de caixa descontado para a perpetuidade.

Os fluxos de caixa descontados foram comparados com os valores contábeis em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não identificou nenhum fato que justificasse a necessidade de efetuar o registro de uma perda estimada ao valor recuperável dos ativos (*impairment*), tanto para o imobilizado quanto para o Intangível, esse último relacionado ao valor de marca sem vida útil definida.

13 ATIVOS DE DIREITO DE USO E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

a. Movimentação:

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Direito de uso</u>			
Saldo inicial	200	7.658	9.613
Adições	-	46	-
Depreciação	(128)	(1.701)	(1.883)
Baixas	<u>(72)</u>	<u>(336)</u>	<u>(72)</u>
	<u>-</u>	<u>5.667</u>	<u>7.658</u>

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo de arrendamento</u>			
Saldo inicial	200	8.119	9.613
Adições	-	50	-
Pagamentos	(135)	(1.836)	(2.140)
Juros incorridos	7	606	718
Baixas	<u>(72)</u>	<u>(406)</u>	<u>(72)</u>
	<u>-</u>	<u>6.533</u>	<u>8.119</u>
 Circulante	-	1.772	1.644
Não circulante	-	4.761	6.475

As baixas realizadas no ano de 2020 referem-se a renegociações em alguns contratos de locação das lojas físicas da Companhia. Alguns proprietários avaliam o desconto mensalmente, enquanto outros aplicaram por alguns meses. Os aditivos dos contratos estão sendo tratados caso a caso e as negociações continuam.

Demonstramos o montante do saldo não circulante por ano de vencimento:

Consolidado	
Ano	Valor
2022	1.994
2023	1.534
2024	699
2025	534
<u>Total</u>	<u>4.761</u>

Para fins de atendimento ao que requer o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, de 18/12/2019, o passivo de arrendamento mercantil de direito de uso foi mensurado considerando a taxa de desconto de empréstimo incremental, com a incorporação de inflação futura projetada, apresentando a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
<u>Fluxo real</u>		
Passivo de arrendamento	7.567	9.747
Juros embutidos	<u>(1.034)</u>	<u>(1.628)</u>
	<u>6.533</u>	<u>8.119</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>		
Passivo de arrendamento	8.523	11.168
Juros embutidos	<u>(1.174)</u>	<u>(1.876)</u>
	<u>7.349</u>	<u>9.292</u>

#### 14 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores no país	50.703	26.549	51.298	28.300
Fornecedores no exterior	1.216	1.420	1.216	1.420
Valores a pagar de partes relacionadas	25.626	25.428	-	-
(-) Ajuste a valor presente	<u>(75)</u>	<u>(116)</u>	<u>(75)</u>	<u>(116)</u>
	<u>77.470</u>	<u>53.281</u>	<u>52.439</u>	<u>29.604</u>
Circulante	77.470	52.792	52.439	29.115
Não circulante	-	489	-	489

15 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a. Composição de saldo

		Controladora		Consolidado	
	Encargos anuais (%)	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Moeda nacional</u>					
Debêntures	TR + 3,4 a 6,17% a.a.	511.635	518.293	511.635	518.293
FINEP	4% a.a.	-	877	-	877
BNDES FIXO	4,5% a 8% a.a.	-	30	-	30
BNDES TJLP	TJLP + 7% a.a.	-	5	-	5
Capital de giro	12% a 20% a.a.	-	1.143	-	1.143
Leasing	CDI + 6,8% a.a	11.903	-	11.903	-
<u>Moeda estrangeira</u>					
Forfaiting e Finimp	4% a 6% a.a.	<u>9.721</u>	<u>5.853</u>	<u>9.721</u>	<u>5.853</u>
		<u>533.259</u>	<u>526.201</u>	<u>533.259</u>	<u>526.201</u>
Circulante		38.799	28.908	38.799	28.908
Não circulante		494.460	497.293	494.460	497.293

O montante a longo prazo tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	28.908	-	28.908
2021	-	21.000	-	21.000
2022	24.580	21.000	24.580	21.000
2023	58.520	55.000	58.520	55.000
2024	23.968	21.000	23.968	21.000
2025	21.000	21.000	21.000	21.000
2026	21.000	21.000	21.000	21.000
2027	<u>345.392</u>	<u>308.385</u>	<u>345.392</u>	<u>308.385</u>
	<u>494.460</u>	<u>497.293</u>	<u>494.460</u>	<u>497.293</u>

b. Resumo dos empréstimos por moeda de origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Reais - R\$	523.538	520.348	523.538	520.348
Dólar dos Estados Unidos – US\$	<u>9.721</u>	<u>5.853</u>	<u>9.721</u>	<u>5.853</u>
	<u>533.259</u>	<u>526.201</u>	<u>533.259</u>	<u>526.201</u>

c. Movimentação dos empréstimos:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	526.201
Captação	26.811
Juros	9.761
Variação cambial	2.117
Pagamento de principal	(31.090)
Pagamento de juros	(541)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>533.259</u>

Debêntures

A Companhia firmou em 28 de junho de 2019 a conclusão do processo de renegociação dos valores devidos em decorrência da 1ª (Primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, datada de 3 de janeiro de 2012, cujo montante total alcança o valor aproximado de R\$ 521,7 milhões (valor em 30 de abril de 2019), que serão pagos pela Companhia nas seguintes condições:

A primeira parte, no valor de aproximadamente R\$ 232,6 milhões, será paga em (a) 95 parcelas mensais de aproximadamente R\$ 1,75 milhão, (b) uma parcela de aproximadamente R\$ 33,9 milhões em 1.460 dias; (c) parcelas adicionais correspondentes a percentual sobre EBITDA superior a valores estipulados entre as partes e (d) o saldo então ainda em aberto em 2.920 dias. Sobre essa primeira parte incidirão juros de 3,4% ao ano + TR (sobre R\$ 180,5 milhões) e 0,5% ao mês + TR (sobre R\$ 52,1 milhões);

A segunda parte, no valor de aproximadamente R\$ 289,1 milhões, será tida como um bônus de adimplência no caso de a Companhia efetuar os pagamentos da primeira parte nos termos pactuados entre as partes, de forma que nada será devido pela Karsten em relação a essa segunda parcela no caso de cumprimento integral da primeira parte (item i acima). No caso de inadimplência em relação a primeira parte, então a Companhia deverá pagar essa segunda parte na data da declaração do vencimento antecipado ou em 2.920 dias, o que ocorrer primeiro. Sobre essa segunda parte não incidirá qualquer remuneração, exceto em caso de descumprimento da primeira parte, hipótese em que retornam, sobre todo o débito, os encargos previstos na escritura das Debêntures;

Além das garantias concedidas por determinados administradores e por acionistas da Karsten, o débito repactuado está sendo garantido por alguns dos imóveis da Companhia.

A conclusão da renegociação representa uma solução adequada para a totalidade do endividamento decorrente das Debêntures, com redução dos custos financeiros e de forma adequada ao fluxo de caixa da Companhia. Definida essa relevante questão, a Karsten poderá concentrar seus esforços no seu desenvolvimento e fortalecimento operacional.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2020 o valor de mercado das garantias de imóveis para as debêntures era de R\$ 45.541 (R\$ 45.541 em 31 de dezembro de 2019). O valor de mercado das garantias não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

16 PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerando os prognósticos e informações existentes até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis. Demonstramos abaixo a composição:

a. Composição das provisões e dos depósitos judiciais

	Controladora			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	6	319	8	1.130
Cíveis	333	814	333	433
Fiscais	<u>17</u>	<u>5.320</u>	<u>3.076</u>	<u>17.000</u>
	<u>356</u>	<u>6.453</u>	<u>3.417</u>	<u>18.563</u>

	Consolidado			
	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósito judicial	Provisão para contencioso	Depósito judicial	Provisão para contencioso
Trabalhistas e previdenciárias	39	339	18	1.155
Cíveis	364	1.439	364	1.057
Fiscais	<u>17</u>	<u>13.687</u>	<u>3.077</u>	<u>17.067</u>
	<u>420</u>	<u>15.465</u>	<u>3.459</u>	<u>19.279</u>

b. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.563	19.279
Pagamento de processos	(386)	(386)
Mudança de estimativa nos processos em aberto	<u>(11.724)</u>	<u>(3.428)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>6.453</u>	<u>15.465</u>

c. Natureza

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, fiscais e outros em andamento, os quais estão sendo discutidos na esfera administrativa e/ou judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Os processos com risco de perda provável são estimados e provisionados pela Administração amparadas pela opinião de seus consultores legais externos.



A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- (i) Fiscais - referem-se principalmente a glosa de créditos federais tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos;
- (ii) Trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- (iii) Ações cíveis - as principais ações se referem a processos de clientes e prestadores de serviços ou fornecedores que tramitam na justiça comum.  
**Evento subsequente:** adicionalmente, em 08 de março de 2021 foi distribuído o processo de liquidação de sentença referente a compra das marcas que eram de propriedade da empresa Romaria Empreendimentos Ltda., os valores serão objetos de apuração e análise futura, e tal estimativa não pode ser efetuada no atual momento.

d. Perdas possíveis

A Companhia e suas controladas possuem ações de natureza fiscal, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e pelos seus assessores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme abaixo:

- (i) Fiscais R\$ 183.833 (R\$ 216.318 em 31 de dezembro de 2019), composto por 77 processos. As principais ações referem-se principalmente a glosa de créditos federais e estaduais tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos
- (ii) Trabalhistas R\$ 2.208 (R\$ 3.831 em 31 de dezembro de 2019), composto por 24 processos. Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões;
- (iii) Cíveis: R\$ 491 (R\$ 35.105 em 31 de dezembro de 2019), composto por 15 processos. As principais ações se referem a processos de clientes e outras que são processadas na justiça comum.

## 17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a. Apuração dos tributos do exercício com efeito no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (prejuízo) contábil antes dos impostos	103.942	(12.431)	103.942	(12.138)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	(35.340)	4.227	(35.340)	4.127
Adições e exclusões:				
Equivalência patrimonial	(4.186)	(2.840)	-	-
Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis	5.938	(152)	5.938	(190)
Prejuízo fiscal não reconhecido e diferenças temporárias	<u>10.155</u>	<u>(1.235)</u>	<u>5.969</u>	<u>(3.644)</u>
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado	<u>(23.433)</u>	<u>-</u>	<u>(23.433)</u>	<u>(293)</u>
Alíquota efetiva	<u>(23%)</u>	<u>0%</u>	<u>(23%)</u>	<u>(2%)</u>
Corrente	(12.028)	-	(12.028)	-
Diferido	<u>(11.405)</u>	<u>-</u>	<u>(11.405)</u>	<u>(293)</u>
	<u>(23.433)</u>	<u>-</u>	<u>(23.433)</u>	<u>(293)</u>

No ano de 2020 a Controladora apurou lucro fiscal. Porém, devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

### b. Passivos fiscais diferidos reconhecidos

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2019	Baixas	31/12/2020
Passivo			
Custo atribuído	(36.014)	-	(36.014)
Alíquota nominal - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
	<u>(12.245)</u>	<u>-</u>	<u>(12.245)</u>

## 18 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
PIS/COFINS	699	661	765	687
PIS/COFINS - Faturados e Não Entregue	(1.825)	(1.105)	(1.825)	(1.105)
ICMS	1.460	920	1.842	1.263
ICMS - Faturados e Não Entregue	(592)	(358)	(592)	(358)
IRPJ/CSLL	15.666	-	15.666	-
Outros	<u>2.642</u>	<u>1.214</u>	<u>2.719</u>	<u>1.255</u>
	<u>18.050</u>	<u>1.332</u>	<u>18.575</u>	<u>1.742</u>
Circulante	18.050	1.332	18.575	1.742

## 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O capital social no montante de R\$ 100.024 é dividido em 2.878.404 ações ordinárias e 3.326.971 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 6.205.375 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas têm prioridade no recebimento de dividendos.

A Companhia aprovou em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 de abril de 2016 o grupamento das ações ordinárias e preferenciais, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da Companhia, à razão de 10 (dez) ações para 1 (uma), de forma que cada lote de 10 (dez) ações seja agrupado em 1 (uma) única ação, sem modificação do capital social, conforme previsto no art. 12 da Lei nº 6.404/76. As frações de ações detidas por acionistas da Companhia resultantes deste procedimento de grupamento serão complementadas por frações de ações a serem doadas direta ou indiretamente por Kasavii Participações S.A., acionista da Karsten S.A., de forma que cada acionista da Companhia receba a fração necessária para garantir a propriedade do próximo número inteiro de ações após a aplicação do fator de grupamento.

O valor patrimonial por ação em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ (30,85) e (R\$ (43,93) em 31 de dezembro 2019).

### b. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal não apresenta saldo por ter sido integralmente utilizada para compensar prejuízos acumulados.

### c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2010, a Companhia e suas controladas, efetuaram a avaliação dos seus terrenos pelo custo atribuído. Os bens avaliados que receberam o custo atribuído foram aqueles adquiridos até 31 de dezembro de 2008. A diferença entre o valor contábil e o valor da avaliação foram registrados na rubrica contábil “ajuste a avaliação patrimonial” líquido dos efeitos dos tributos.

20 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta de vendas e serviços				
Mercado interno	429.445	387.171	443.246	404.626
Mercado externo	29.183	25.457	29.183	25.457
Prestação de serviços	706	1.140	707	1.261
Venda de subprodutos	2.156	2.628	2.156	2.628
(-) Ajuste a valor presente	67	12	67	12
(-) Devoluções e abatimentos	<u>(12.793)</u>	<u>(17.825)</u>	<u>(14.642)</u>	<u>(25.736)</u>
Receita operacional antes dos impostos	<u>448.764</u>	<u>398.583</u>	<u>460.717</u>	<u>408.248</u>
(-) Impostos sobre vendas	<u>(76.570)</u>	<u>(67.406)</u>	<u>(80.552)</u>	<u>(70.938)</u>
Receita operacional líquida	<u>372.194</u>	<u>331.177</u>	<u>380.165</u>	<u>337.310</u>

21 DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Depreciação e amortização	(8.842)	(8.666)	(11.458)	(11.183)
Despesas com pessoal	(85.807)	(81.133)	(91.518)	(86.866)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(143.643)	(122.758)	(148.488)	(123.181)
Ajustes de inventário	(4.609)	3.289	(4.725)	3.589
Reversão de perda esperada na realização dos estoques	314	3.845	326	3.853
Frete e demais despesas variáveis	(21.106)	(12.504)	(21.106)	(12.509)
Comissões e indenizações a representantes	(12.278)	(12.711)	(12.824)	(13.279)
Despesas com vendas e marketing	(7.169)	(8.142)	(7.842)	(9.900)
Energia elétrica e outras utilidades	(12.939)	(13.077)	(13.568)	(13.708)
Serviços profissionais	(24.780)	(18.048)	(25.356)	(18.743)
Outros gastos	<u>(9.359)</u>	<u>(26.087)</u>	<u>(14.126)</u>	<u>(27.410)</u>
	<u>(330.218)</u>	<u>(295.992)</u>	<u>(350.685)</u>	<u>(309.337)</u>
Classificadas como:				
Custos dos produtos vendidos	(227.873)	(201.042)	(226.979)	(200.891)
Despesas com vendas	(76.194)	(63.264)	(87.408)	(75.339)
Despesas gerais e administrativas	<u>(26.151)</u>	<u>(31.686)</u>	<u>(36.298)</u>	<u>(33.107)</u>
	<u>(330.218)</u>	<u>(295.992)</u>	<u>(350.685)</u>	<u>(309.337)</u>

Em decorrência dos efeitos do COVID-19, a Companhia apresentou um custo com ociosidade de R\$ 9.774 no exercício de 2020, que foi registrado como custo no resultado do exercício.

## 22 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas financeiras				
Juros recebidos (i)	34.667	1.219	34.318	919
Descontos recebidos	190	120	208	125
Variações cambiais ativas	7.363	3.189	7.363	3.188
Rendimentos de aplicações financeiras	1	91	955	842
Ajuste a valor presente	<u>208</u>	<u>133</u>	<u>208</u>	<u>133</u>
	<u>42.429</u>	<u>4.752</u>	<u>43.052</u>	<u>5.207</u>
Despesas financeiras				
Juros e encargos	(2.248)	(1.633)	(2.309)	(1.648)
Descontos concedidos	(6)	(7)	(5)	(7)
Variações cambiais passivas	(7.093)	(2.536)	(7.093)	(2.536)
Despesas bancárias	(607)	(369)	(948)	(801)
Encargos financeiros com financiamentos	(624)	(285)	(624)	(285)
Encargos financeiros com debêntures	(9.137)	(44.150)	(9.137)	(44.150)
Ajuste a valor presente	(24)	(108)	(24)	(108)
Outras despesas financeiras	<u>(2.267)</u>	<u>(1.536)</u>	<u>(2.882)</u>	<u>(2.517)</u>
	<u>(22.006)</u>	<u>(50.624)</u>	<u>(23.022)</u>	<u>(52.052)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>20.423</u>	<u>(45.872)</u>	<u>20.030</u>	<u>(46.845)</u>

- (i) Juros recebidos no montante de R\$ 33.545 referem-se à Selic do crédito de decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

## 23 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outras receitas				
Receita na venda de ativo imobilizado	55	174	31	84
Vendas de subprodutos	1.113	597	1.113	597
Receita de energia de reserva	38	145	38	145
PIS e Cofins sobre depreciação	109	812	208	812
Aluguéis recebidos	7	23	7	23
Ganho de processos judiciais (i)	50.213	313	50.237	313
Recuperação de créditos PIS e COFINS	-	7.277	-	7.277
Outras receitas	<u>3.351</u>	<u>999</u>	<u>3.837</u>	<u>1.534</u>
	<u>54.886</u>	<u>10.340</u>	<u>55.471</u>	<u>10.785</u>
Outras despesas				
Custo referente baixa de ativo imobilizado	(35)	(400)	(37)	(478)
Perdas e impostos sobre vendas diversas	(528)	(852)	(537)	(846)
Perdas de outros recebíveis	(468)	(2.221)	(463)	(2.265)
Outras despesas	<u>-</u>	<u>(257)</u>	<u>(2)</u>	<u>(462)</u>
	<u>(1.031)</u>	<u>(3.730)</u>	<u>(1.039)</u>	<u>(4.051)</u>
Outros resultados líquidos	<u>53.855</u>	<u>6.610</u>	<u>54.432</u>	<u>6.734</u>

- (i) O montante de R\$ 49.378, que compõe grande parte do saldo dessa rubrica, é oriundo do crédito de decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que a Companhia pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins.

## 24 GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gerenciamento do risco financeiro

#### Visão geral

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de mercado
- (ii) Risco de crédito
- (iii) Risco liquidez
- (iv) Risco operacional

Essa nota apresenta (i) informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas à cada um dos riscos supramencionados; (ii) os objetivos da Companhia e suas controladas; (iii) as políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e; (iv) o gerenciamento de capital da Companhia e suas controladas. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

#### Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requerem a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

A diretoria executiva examina e revisa informações financeiras incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de riscos.

#### a. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

##### (i) *Risco cambial*

O risco cambial associado decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam os valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

A Administração estabeleceu uma política que admite uma exposição cambial de até US\$ 4 milhões de dólares para mais ou para menos, considerando-se a diferença entre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira. De acordo com a política da Companhia e suas controladas são vedadas a utilização de qualquer instrumento financeiro indexado a moedas estrangeiras para outros fins que não os de proteção cambial.

A Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir.

Exposição cambial líquida

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2020		31/12/2019		
	Moeda		Moeda		
	Estrangeira		Estrangeira		
	USD	Reais	EUR	USD	Reais
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	1.331	6.916	11	1.091	4.591
Contas a receber	965	5.016	-	956	4.049
	<u>2.296</u>	<u>11.932</u>	<u>11</u>	<u>2.047</u>	<u>8.640</u>
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	(191)	(995)	-	(314)	(1.267)
Empréstimos	(1.871)	(9.721)	-	(1.452)	(5.853)
Comissões a pagar	(43)	(221)	-	(38)	(153)
	<u>(2.105)</u>	<u>(10.937)</u>	<u>-</u>	<u>(1.804)</u>	<u>(7.273)</u>
Exposição líquida	<u>191</u>	<u>995</u>	<u>11</u>	<u>243</u>	<u>1.367</u>

(ii) *Risco com taxa de juros*

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

(iii) *Análise de sensibilidade*

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI. Em 31 de dezembro de 2020 a Administração considerou como cenário provável para análise de sensibilidade a taxa de CDI de 2,75% a.a. Um total de empréstimos de R\$ 9.721 é corrigido por taxa fixa e por isso não está sujeito à análise de sensibilidade.

Além disso, a Companhia e suas controladas possuem ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa média projetada pelo mercado de R\$ 5,19 para Dólar e de R\$ 6,38 para Euro.

Os cenários a seguir foram estimados para o período de um ano:

	31/12/2020	Risco	Consolidado					
			Provável		25%		50%	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Taxa de Juros								
Aplicações financeiras	36.735	Alta da CDI	2,75	312	3,44	565	4,13	817
Empréstimos	<u>(11.903)</u>	Alta da CDI	2,75	<u>(101)</u>	3,44	<u>(183)</u>	4,13	<u>(265)</u>
	<u>24.832</u>			<u>211</u>		<u>382</u>		<u>552</u>

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do Grupo de clientes.

A Política de Crédito do mercado interno segue os preceitos da Política de Crédito e Cobrança da Companhia e suas controladas. Toda a carteira de clientes ativos é gerenciada diariamente por informações internas e por um critério de classificação e de pontuação do comportamento do cliente no mercado. Conforme o grau de risco, a classificação e pontuação do cliente aumentam ou diminuem; nesta última situação o cliente é reanalisado para liberação ou bloqueio. Este procedimento é realizado para clientes com pedidos em carteira e no processo produtivo. Neste caso se a classificação altera para risco muito alto, o sistema informatizado sinaliza e toda mercadoria alocada ao cliente é direcionada para outro cliente.

(i) *Contas a receber e outros créditos*

Todos os clientes possuem um limite de crédito definido conforme os critérios de alçada de limite da política de crédito. Qualquer mudança que altere o cenário de risco do cliente pode gerar uma nova reavaliação, adequando o crédito à nova situação.

Concedido o crédito, os clientes com pedidos possuem acompanhamento e atualização das informações internas e do mercado, avaliando periodicamente os níveis de riscos e se os pontos positivos avaliados anteriormente permanecem. A avaliação de riscos de crédito é feita de forma clara e objetiva observando os riscos internos e externos.

Portanto, os riscos que a Companhia e suas controladas avaliam são com evidências e fatos que tenham a previsibilidade de ocorrência e que possam ser mensurados com maior proximidade do realismo e segurança.

(ii) *Exposição ao risco de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	8.014	5.042	8.649	7.927
Aplicações financeiras	-	-	36.735	11.214
Contas a receber	201.981	164.251	126.757	105.036
Outras contas a receber	<u>4.936</u>	<u>3.426</u>	<u>5.088</u>	<u>4.810</u>
	<u>214.931</u>	<u>172.719</u>	<u>177.229</u>	<u>128.987</u>

(iii) *Perdas por redução ao valor recuperável de ativos*

A Companhia e suas controladas estabelecem uma perda estimada para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda estabelecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.



c. Risco de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não possuírem recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia e suas controladas para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas, cumprimento de cláusulas e das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	38.799	24.580	124.488	345.392
Fornecedores	77.470	-	-	-
Outras contas a pagar	17.782	-	-	-
	<u>134.051</u>	<u>24.580</u>	<u>124.488</u>	<u>345.392</u>
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.908	21.000	97.000	350.385
Fornecedores	52.792	489	-	-
Outras contas a pagar	20.097	-	-	-
	<u>101.797</u>	<u>21.489</u>	<u>97.000</u>	<u>350.385</u>
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	38.799	24.580	124.488	345.392
Fornecedores	52.439	-	-	-
Outras contas a pagar	21.431	4.761	-	-
	<u>112.669</u>	<u>29.341</u>	<u>124.488</u>	<u>345.392</u>
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	28.908	21.000	97.000	350.385
Fornecedores	29.115	489	-	-
Outras contas a pagar	23.540	6.475	-	-
	<u>81.563</u>	<u>27.964</u>	<u>97.000</u>	<u>350.385</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custo.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar os riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

e. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrarem seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia e suas controladas podem rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	533.259	526.201	533.259	526.201
(-) caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(8.014)	(5.042)	(8.649)	(7.927)
(-) aplicações financeiras (nota 5)	-	-	(36.735)	(11.214)
Dívida líquida	<u>525.245</u>	<u>521.159</u>	<u>487.875</u>	<u>507.060</u>

Para diminuir o grau de endividamento bancário a Companhia adotou diversas ações onde destaca as principais:

- (i) redução de custos e despesas através do orçamento matricial;
- (ii) reestruturações no modelo de negócio para alavancar receitas
- (iii) redução gradual das linhas com menores margens, objetivando melhorar as margens de lucratividade.

f. Classificação dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- (i) Equivalentes de caixa - são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ;
- (ii) aplicações financeiras - são classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado;
- (iii) contas a receber - são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos;
- (iv) Valores a receber de partes relacionadas - são classificados como mensurados aos custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos;
- (v) Empréstimos - são classificados como outros passivos financeiros ao custo amortizado, e são contabilizados inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis;
- (vi) Valores a pagar a partes relacionadas são classificados como mensurados ao custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos atribuíveis a transação. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

		Controladora			
		Valor contábil		Valor justo	
	Classificação	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros não derivativos</u>					
Equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	7.891	4.995	7.891	4.995
Aplicações financeiras (nota 5)	Custo amortizado	-	-	-	-
Contas a receber (nota 6)	Custo amortizado	201.981	164.252	201.981	164.252
Outros ativos	Custo amortizado	3.727	3.076	3.727	3.076
		<u>213.599</u>	<u>172.323</u>	<u>213.599</u>	<u>172.323</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>					
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado	(77.470)	(53.281)	(77.470)	(53.281)
Outras contas a pagar	Custo amortizado	(31.882)	(28.720)	(31.882)	(28.720)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	Custo amortizado	(533.259)	(526.201)	(533.259)	(526.201)
Outros passivos	Custo amortizado	(14.100)	(8.623)	(14.100)	(8.623)
		<u>(656.711)</u>	<u>(616.825)</u>	<u>(656.711)</u>	<u>(616.825)</u>
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos		<u>(443.112)</u>	<u>(444.502)</u>	<u>(443.112)</u>	<u>(444.502)</u>

		Consolidado			
		Valor contábil		Valor justo	
	Classificação	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<u>Ativos financeiros não derivativos</u>					
Equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	8.447	7.755	8.447	7.755
Aplicações financeiras (nota 5)	Custo amortizado	36.735	11.214	36.735	11.214
Contas a receber (nota 6)	Custo amortizado	126.757	105.036	126.757	105.036
Outros ativos	Custo amortizado	<u>3.861</u>	<u>4.460</u>	<u>3.861</u>	<u>4.460</u>
		<u>175.800</u>	<u>128.465</u>	<u>175.800</u>	<u>128.465</u>
<u>Passivos financeiros não derivativos</u>					
Fornecedores (nota 14)	Custo amortizado	(52.439)	(29.604)	(52.439)	(29.604)
Outras contas a pagar	Custo amortizado	(35.680)	(32.324)	(35.680)	(32.324)
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 15)	Custo amortizado	(533.259)	(526.201)	(533.259)	(526.201)
Outros passivos	Custo amortizado	<u>(14.249)</u>	<u>(8.784)</u>	<u>(14.249)</u>	<u>(8.784)</u>
		<u>(635.627)</u>	<u>(596.913)</u>	<u>(635.627)</u>	<u>(596.913)</u>
Total dos ativos e passivos financeiros líquidos		<u>(459.827)</u>	<u>(468.448)</u>	<u>(459.827)</u>	<u>(468.448)</u>

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, não há nenhum ativo ou passivo classificado como nível 1 ou 3.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 25 PLANO DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

Em 05 de dezembro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um único Plano de Opção de Compra de Ações aos administradores da Companhia.

Em 31 de julho de 2020 o referido plano foi extinto, tendo em vista a perda automática da validade das opções outorgadas, em razão do não exercício dos beneficiários.

A outorga de Opções dentro do Plano Geral conferia direitos sobre um número de ações de emissão da Companhia, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais. Cada Opção de Compra outorgada permitiria ao Beneficiário o direito de subscrever uma ação da Companhia.

O preço a ser pago para a Companhia quando do exercício das Opções outorgadas seria determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofreria um deságio de 20% e seria representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações.

As regras do Plano de Opção propõem que as Opções de Compra poderiam ser exercidas total ou parcialmente no prazo e período fixado em cada Programa, contados da data de outorga do Plano. Foi fixado o seguinte prazo de carência para o exercício de Opções de Compra:

Períodos para aquisição do direito ao exercício das opções	Prazos de Carência para o exercício das opções	Percentual de opções liberado para exercício	Quantidade de dias úteis (i)
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	543
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	792
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários	1.296

(i) As Opções de Compra poderiam ser exercidas em até 30 (trinta) dias contados da data da AGE em que se tornam exercíveis. Caso o Beneficiário não exerça as Opções de Compra dentro deste prazo, estas opções serão consideradas extintas, de pleno direito.

O Beneficiário deveria pagar o preço da Opção de Compra à vista, nos termos do Plano de Opção.

O valor justo médio ponderado foi determinado com base no método Black & Scholes European Style Options.

## 26 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS CONSOLIDADOS

A Administração da Companhia definiu que os mercados de atuação estão segmentados em Indústria e Varejo.

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	<u>Consolidado</u> 31/12/2020
Receita líquida de vendas	359.387	20.778	380.165	380.165
Custo dos produtos vendidos	(214.333)	(12.646)	(226.979)	(226.979)
Lucro bruto	145.054	8.132	153.186	153.186
Contas a receber de clientes	119.646	7.111	126.757	126.757
Contas a pagar de fornecedores	49.497	2.942	52.439	52.439
Imobilizado	130.489	7.756	138.245	138.245
Total do ativo	480.041	28.531	508.572	508.572
Lucro líquido do exercício	75.992	4.517	80.509	80.509

	Indústria	Varejo	Segmentos consolidados nas bases do relatório gerencial	<u>Consolidado</u> 31/12/2019
Receita líquida de vendas	317.283	20.027	337.310	337.310
Custo dos produtos vendidos	(187.118)	(13.773)	(200.891)	(200.891)
Lucro bruto	130.165	6.254	136.419	136.419
Contas a receber de clientes	100.057	4.979	105.036	105.036
Contas a pagar de fornecedores	28.201	1.403	29.604	29.604
Imobilizado	121.439	6.043	127.482	127.482
Total do ativo	362.417	18.393	380.810	380.810
Prejuízos do exercício	(11.831)	(600)	(12.431)	(12.431)

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria-executiva.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhum cliente que represente mais de 10% das receitas totais.

A Companhia efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a ótica de produto industrializado e vendas no varejo, independentemente de sua localização geográfica.

## 27 INCENTIVOS FISCAIS

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS. Trata-se de crédito presumido nas saídas de artigo têxtil fabricado que é concedido em substituição aos créditos efetivos da entrada. Sendo assim é concedido 82,35% de crédito presumido de ICMS nas saídas tributadas à alíquota de 17%; 75% de crédito presumido de ICMS nas saídas tributadas à alíquota de 12% e 57,14% de crédito presumido de ICMS nas saídas tributadas à alíquota de 7%. Para usufruir desse incentivo fiscal é condicionado, além de estorno os créditos de ICMS relativo à operação de entrada de industrialização dos produtos fabricados, que a Companhia contribua com o Fundo Social, instituído pela Lei 13.334 de 28 de fevereiro de 2005, em montante equivalente a 0,18% das saídas tributadas.

As subvenções governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado do exercício e submetida à Assembleia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

## 28 RESULTADO POR AÇÃO

### Básico e diluído

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia e suas controladas, pela quantidade média ponderada das ações emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

#### Cálculo do Lucro (Prejuízo) básico por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações:	80.509	(12.431)
Ações ordinárias e preferenciais	<u>6.205</u>	<u>6.205</u>
Resultado por ação - básico - R\$	<u><u>12,97</u></u>	<u><u>(2,00)</u></u>

#### Cálculo do prejuízo diluído por ação

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício atribuível aos detentores de ações:	80.509	(12.431)
Número médio ponderado de ações em circulação - básico	6.205	6.205
Número de ações potenciais (opções de ações)	-	1.036
Número médio ponderado de ações em circulação - diluído	<u>6.205</u>	<u>7.241</u>
Resultado líquido diluído por ação - R\$	<u><u>12,97</u></u>	<u><u>(1,72)</u></u>

## 29 COMPROMISSOS

### a. Compromissos para aquisição de ativos

A Companhia possui contratos para aquisição de ativos para 31 de dezembro de 2020, sendo que estes não foram incorridos até o encerramento do exercício.

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Máquinas e Equipamentos	<u>1.578</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.578</u>

### b. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel de lojas, onde atuam como arrendatária.

### c. Outros compromissos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados com fornecedores, os quais preveem penalidades para a Companhia e suas controladas em caso de descontinuidade antecipada desses contratos conforme a seguir:

Contratos de Algodão: Caso a Companhia não cumpra os contratos de algodão e este contrato estiver registrado em bolsa, vai para arbitragem (na Bolsa onde o contrato foi registrado) e se a parte faltante não cumprir o determinado pelo laudo arbitral ela se torna inadimplente perante o mercado de algodão. De posse do laudo arbitral, a parte ganhadora pode entrar na justiça comum contra a parte faltante.

## 30 COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais é de R\$ 785.754, para a totalidade das empresas do grupo.

É composta de R\$ 527.559 para danos materiais e R\$ 258.195 para lucros cessantes (limite máximo indenizável de R\$ 228.530 para danos materiais e R\$ 245.945 para Lucro Cessantes). A cobertura de seguros contra responsabilidade civil é de R\$ 8.000.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 26 de fevereiro de 2021 a controlada Karsten Comércio Têxtil Ltda obteve decisão favorável, com trânsito em julgado, em ação judicial em que pleiteava a exclusão do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins. A Companhia iniciou o processo de habilitação do respectivo crédito tributário perante a Receita Federal. As estimativas indicam um crédito no intervalo entre R\$1 milhão e R\$1,5 milhões.